



*Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça*

Ata da 4ª sessão ordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça.

Torno público que aos 08 (oito) dias do mês de abril do ano de dois mil e oito, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório “João Bosco Carneiro”, reuniu-se, ordinariamente, o Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Procuradora- Geral de Justiça Doutora Janete Maria Ismael da Costa Macedo. Compareceram à sessão os Excelentíssimos Senhores Doutores José Roseno Neto – Corregedor-Geral do Ministério Público – José Marcos Navarro Serrano, Sônia Maria Guedes Alcoforado, Lúcia de Fátima Maia de Farias, Josélia Alves de Freitas, Alcides Orlando de Moura Jansen, Antônio de Pádua Torres, Doriel Veloso Gouveia, José Raimundo de Lima, Paulo Barbosa de Almeida, Álvaro Cristino Pinto Gadelha Campos, Marcus Vilar Souto Maior, Otanilza Nunes de Lucena, Francisco Sagres Macedo Vieira e Maria Lurdélia Diniz de A. Melo. Foram justificadas as ausências dos Excelentíssimos Senhores Doutores: Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena e Nelson Antônio Cavalcante Lemos. Ausência, justificada, também, da Promotora de Justiça convocada Doutora Maria Salete de Araújo Melo Porto, em substituição a Procuradora de Justiça Risalva da Câmara Torres. Havendo número regimental, foi aberta a sessão pela Presidente. Em seguida, instou à Secretária que procedesse à leitura das atas das sessões anteriores (2ª e 3ª sessões ordinárias) – lidas, foram aprovadas, sem emendas, por unanimidade. Na fase de Comunicação, inicialmente, a Presidente informou sobre o “I Seminário Paraibano sobre Bullying Escolar” realizado nos dias 28 e 29 de março, promovido pela Curadoria da Infância e Juventude e tendo como idealizadora a Promotora de Justiça Soraya Soares da Nóbrega Escorel. Disse que teve mais de 800 (oitocentos) inscritos e o público foi, na grande maioria, de Professores de ensino fundamental da rede pública e particular, pedagogos e psicólogos. Seqüenciando, comunicou que, na reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, informou da realização do I Seminário que o MPE realizou sobre o Bullying Escolar. Continuando, acrescentou a Presidente que o seminário foi tão contagiante, que ela teve de permanecer todo o tempo, tendo assistido a todas as palestras. Prosseguindo, informou a todos que foi publicada a Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público de nº. 27/2008 que disciplina a vedação do exercício da advocacia por parte dos servidores dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. Ainda com a palavra, a Presidente comunicou que recebeu um expediente da Corregedoria-Geral do Ministério Público sobre a inspeção, fiscalização, realizada no presídio penal Agrícola da cidade de Souza e, na oportunidade, pediu que a Corregedoria fizesse, também, uma visita ao presídio da cidade de Guarabira. Seqüenciando, informou que o Promotor de Justiça Dr. Marinho



Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

Mendes Machado, juntamente com o Juiz daquela Comarca tem um programa de comunicação direta, pelo rádio com os presidiários, contendo programação cultural e hora de analisar os processos de cada detento. Encerradas as comunicações, a Presidente passou a palavra ao Corregedor-Geral do Ministério Público. O Dr. José Roseno Neto fez as comunicações de praxe do órgão. Terminadas, pela Presidente foi facultada a palavra aos membros que se manifestaram na forma regimental. Na fase de requerimentos, foram feitas as seguintes proposituras: (a) a Dra. Janete Maria Ismael da Costa Macedo propôs moção de pesar pelo prematuro falecimento do Dr. Marcos Pólo; (b) O Dr. José Roseno Neto requereu sua substituição na equipe do Planejamento Estratégico, item: *Objetivo 2* – Integralizar o quadro ideal de membros e servidores; (c) o Dr. José Marcos Navarro Serrano requereu à Comissão Legislativa que elaborasse uma minuta de resolução suspendendo o afastamento dos membros para aperfeiçoamento até que normalize o quadro do MPE; (d) a Dra. Sônia Maria Guedes Alcoforado propôs voto de aplauso a Dra. Soraya Soares da Nóbrega Escorel e a toda equipe da Infância e Juventude pelo brilhante trabalho realizado no I Seminário Paraibano sobre o Bullying Escolar; (e) o Dr. José Raimundo de Lima propôs voto de restabelecimento para a Procuradora de Justiça Dra. Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena; (f) o Dr. Paulo Barbosa de Almeida propôs que o voto de aplauso pelo I Seminário Paraibano sobre o Bullying Escolar fosse extensivo a Dra. Sônia Maria Guedes Alcoforado; (g) o Dr. Francisco Sagres Macedo Vieira requereu que a Presidente do Egrégio Colegiado convocasse uma reunião extraordinária para debater a questão das Promotorias Cíveis, mas que o problema não seja resolvido através de Resolução. Pela Presidente foram colocadas as proposituras em votação, tendo sido aprovados a unanimidade, os requerimentos dos Doutores: Janete Maria Ismael da Costa Macedo, Sônia Maria Guedes Alcoforado e Paulo Barbosa de Almeida. Quando ao requerimento do Dr. José Roseno Neto ficou decidido que ele deve fazer um requerimento por escrito, solicitando a sua substituição para ser apreciado em sessão. O requerimento do Dr. José Marcos Navarro Serrano, depois de colocado em votação, ficou decidido que não precisaria elaborar uma resolução, apenas comunicar por ofício circular a todos os membros da instituição que o Egrégio Colegiado decidiu suspender temporariamente os efeitos da Resolução nº.11/2006, até que o quadro de Membros do Ministério Público esteja completo. Em resposta a requerimento, o Dr. Francisco Sagres Macedo Vieira foi informado que a comissão legislativa já está elaborando medidas. Dando continuidade, a Presidente instou à Secretaria que procedesse à leitura da(s) matéria(s) constante(s) na ordem do dia para



Ministério Público da Paraíba
Procuradoria-Geral de Justiça
Colégio de Procuradores de Justiça

apreciação – Item 7.1) Indicação de um substituto para o Objetivo nº 08 do Planejamento Estratégico 2006/2010 – Implementar Ações na Área de Educação – Atual responsável Proc. José Raimundo de Lima – Áreas Envolvidas: 1º e 2º CAOPs – João Pessoa e Campina Grande. O nome aprovado, à unanimidade, para substituir foi o do Procurador de Justiça Dr. Antônio de Pádua Torres. Item 7.2) Procedimento nº.0002018-06 – Assunto: Prorrogação de afastamento das funções para conclusão do curso de Mestrado na área de Ciências Jurídico-Políticas – Interessado: Promotor de Justiça Carlos Romero Lauria Paulo Neto – Relator: Procurador de Justiça Doriel Veloso Gouveia – Pela Presidente foi concedida à palavra ao relator. Com a palavra, o relator explicou que recebeu o presente procedimento por redistribuição, uma vez que a relatora do processo Dra. Kátia Rejane de Medeiros Lira Lucena foi submetida a uma intervenção cirúrgica. Disse, ainda, que ao receber o presente procedimento, já se encontrava anexo o Voto – Parecer e, como concorda com teor do parecer, segundo o qual o afastamento do interessado só será autorizado, mediante a apresentação da terceira nota. VOTO: proferido pela procedência do pedido, na forma requerida, com arrimo na legislação em vigor, condicionado o *afastamento à apresentação das notas*. Pela Presidente foi colocado em votação, tendo o pedido sido julgado, a unanimidade, procedente em conformidade com o voto do relator. Item 7.3 - Proposta de Resolução CPJ n. 02/2008 – altera dispositivo da Resolução Nº 21 (Regimento Interno do CPJ), de 05 de novembro de 1994 e dá outras providências – Pela Presidente foi concedida à palavra ao Procurador de Justiça Dr. Paulo Barbosa de Almeida que passou a ler toda proposta de resolução, analisando conjuntamente com seus pares. Lida e debatida a presente proposta, depois de feitos alguns ajustes, foi colocada em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 7.4 – AnteProjeto de Lei Complementar nº. 01/2008, que acresce, modifica e revoga dispositivos da Lei Orgânica do Ministério Público e dá outras providências – Depois de muito discutido o anteprojeto, tendo todo o Colegiado manifestado sua opinião, foi colocado em votação, tendo sido aprovado com algumas mudanças E nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão.

Elizabeth Leônia Soares de Oliveira
Assessora do CPJ (em exercício)